



RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS

LICITAÇÃO Nº 090/2012

PROCESSO Nº 1402/2012

PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo “Split system” nos prédios do TJMG.

QUESTIONAMENTO FORMULADO POR: TEMPO FRIO – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA.

PERGUNTA

Conforme determina o Art. 3º da Lei 8.666/93; visando manter a igualdade de condições de empresas sediadas em outras Unidades da Federação, que não em Minas Gerais; solicitamos que seja excluída a exigência contida no item 15.1.1 da DOCUMENTAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO; de que a empresa contratada tenha registro no CREA-MG. Esclarecemos que para cumprir a exigência contida no item 15.1.2, qualquer empresa poderá através de seu responsável técnico registrar a ART não necessitando para tanto que a mesma tenha registro no CREA da UF onde está sendo executada a obra; até porque o responsável técnico pela obra é o Engenheiro Mecânico (ou similar) e não a empresa contratada. Portanto quem faz o registro da ART é o responsável técnico, desta forma entendemos não haver a necessidade de que a empresa tenha registro no CREA-MG (neste caso).

RESPOSTA TJMG

RESPOSTA

Em resposta à solicitação da licitante Tempo Frio Comércio de Refrigeração LTDA. temos a esclarecer o que segue, conforme orientações da Assessoria Técnica e Jurídica de Gestão Predial:

A Resolução nº. 336/89 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos conselhos regionais de engenharia, arquitetura e agronomia, prevê, em seu art. 5º o que abaixo se consigna, in verbis:

Art. 5º - A atividade da pessoa jurídica, em região diferente daquela em que se encontra registrada, obriga ao visto do registro na nova região.

§ 1º - O visto exigido neste artigo pode ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente, com validade a ela restrito.

§ 2º - No caso em que a atividade exceda de 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, a sua agência, filial ou sucursal, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Ressalve-se, contudo, o que dispõe seu o art. 7º:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

Atente-se, quanto a esse dispositivo, que a concessão da prerrogativa nele admitida é de competência exclusiva do Conselho Regional, não cabendo a este Tribunal elidir a licitante da obrigação a que está adstrita pela aplicação do § 2º do art. 5º citado.

Em vista disso:

Considerando que a atividade da pessoa jurídica em região diferente daquela em que se encontra registrada obriga o visto do registro na nova região,

Considerando que o prazo de vigência contratual é de 12 meses,

Considerando que quanto a pessoa jurídica for executar atividade fora da região em que está registrada, por período superior a cento e oitenta dias, estará obrigada a proceder ao seu registro na nova região,

Considerando que o Tribunal não tem competência para aplicação da prerrogativa contida no art. 7º:

Opina esta Assessoria pela impossibilidade jurídica de exclusão da norma contida no subitem 15.1.1. do Anexo I do Edital nº. 090/2012.

À disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Em 31.08.2012
COALI/DIRSEP